

INTERCÂMBIO ECOLÓGICO DESIGUAL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

*Unequal ecological exchange and integration in Latin
America and the Caribbean*

José Esteban Castro*

1 INTRODUÇÃO

América Latina e Caribe¹ passam por um momento excepcional em sua história em relação às perspectivas de maior integração através do aprofundamento das relações económicas, comerciais, culturais, de defesa, da construção de infraestruturas de comunicação e, crucialmente, das relações políticas. É importante reconhecer a natureza excitante da experiência atual dos países da região, especialmente, mas não só na América do Sul. Não se precisa exagerar o romantismo, nem se ignorar as contradições, erros, obstáculos e perigos, para deixar aflorar um fato difícil de se negar objetivamente: a região adentra o século XXI em condições muito favoráveis à consolidação dos processos de integração com graus de autonomia potencialmente importantes. Em nível institucional, não posso deixar de mencionar, como exemplos, os processos de integração na América do Sul, com a consolidação da operação de algumas áreas de ação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a criação da União Sul-americana das Nações (Unasul), e o lançamento da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). Certamente até a pessoa mais cética ou crítica desses processos deve admitir que eles representam progressos indiscutíveis em várias dimensões do processo de integração, nomeadamente na coordenação de ações entre os países.

* Catedrático em Sociologia, Escola de Geografia, Ciência Política e Sociologia, Newcastle University, Reino Unido. Coordenador da Rede WATERLAT-GO-BACIT (Rede internacional de pesquisa, ensino e intervenção sobre Política e Gestão da Água – www.waterlat.org). Esteban.Castro@newcastle.ac.uk

¹ Neste artigo “América Latina e o Caribe” refere-se ao conjunto de países soberanos que conformam a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

Neste artigo, a preocupação é discutir, principalmente, algumas questões relativas à relação entre processos de integração e democratização substantiva das sociedades da região, com ênfase nos conflitos decorrentes de desigualdades ou injustiças socioambientais que emergem na maioria dos países, no âmbito destes processos. O argumento central é que um dos obstáculos mais complexos que a integração democrática da região e certamente o futuro da democracia em nossos países enfrentam é a destruição da base material de nossas sociedades com o conseqüente aprofundamento dos conflitos ligados a injustiças e desigualdades socioambientais. Vale ressaltar que a primazia autoral não parte da perspectiva ambientalista, mas, como sugerido pelo título do artigo, é ancorado nos pressupostos da ecologia política. Desse ponto de vista, a incorporação da dimensão ambiental na análise e na ação é um elemento fundamental na luta pela emancipação humana, em especial a luta contra a desigualdade e injustiça em relação ao acesso a bens e serviços e à proteção contra ameaças e perigos relacionada aos processos sócio-naturais. A América Latina e o Caribe, no processo de integração, entendido como um processo democrático em sentido material e não meramente formal, confrontam-se com questões socioambientais que são obstáculos importantes e difíceis de se superar. Para facilitar a análise, o artigo está estruturado a partir de quatro proposições.

2 A INTEGRAÇÃO CAPITALISTA

Proposição 1: Independentemente da heterogeneidade de tradição intelectual e política e das condições específicas que caracterizam diferentes países e regiões, a dinâmica central do processo de integração encontra-se em avanço e aprofundamento das relações capitalistas de produção, distribuição e consumo e suas correspondentes expressões socioculturais e políticas. Tal evidência sugere que o processo de integração é realizado principalmente pelo aprofundamento das relações capitalistas, quer através da criação de alguma autonomia emergente, quer pela consolidação e expansão de heteronomias pré-existentes.

A análise do processo de integração nos convida a fazer uma série de perguntas básicas: Que integração? Integração do quê e de quem? Integração para quê e para quem? Integração a qual custo e para quem? Não se pretende responder plenamente a essas perguntas,

mas elas estão apontando uma série de questões centrais que não podem ser contornadas, mesmo quando se defende uma visão positiva, ou mesmo otimista do processo de integração. É importante considerar estas e outras questões semelhantes no contexto do necessário debate racional que deve acompanhar o processo. Neste sentido, por exemplo, apesar da retórica expressa pelo grupo de países que compõem a aliança Bolivariana para as Américas (ALBA), a dinâmica da integração regional é motorizada pelo processo de acumulação capitalista global, que impõe determinações aos países desta aliança, que defendem a construção de um “socialismo do século XXI”. Isso não nega, obviamente, o fato das conquistas históricas de Cuba em um grande número de áreas-chave para a democratização substantiva da sociedade e que avança a democracia direta na Venezuela como nas áreas de educação e saúde. Além disso, não se pode ignorar os progressos significativos realizados por vários outros países da região em reversão rápida das condições de extrema pobreza, com a melhoria do rendimento em amplos setores da população, bastante documentados (CEPAL, 2009; OCDE, 2010; CORNIA, 2010; LÓPEZ-CALVA; LUSTIG, 2010). No entanto, é muito importante esclarecer mal-entendidos e desmistificar os discursos: os processos de integração na América Latina e Caribe são incorporados e são determinados pela dinâmica do processo de acumulação capitalista em escala global, ocorrendo em um momento de rápida expansão e aprofundamento na região. Ao mesmo tempo que devemos reconhecer avanços democráticos específicos, alcançados em um contexto de heterogeneidade considerável das formas culturais, institucionais, políticas e socioeconômicas que caracterizam o processo de integração em cada território nacional e regional, deve ser também observadas a natureza capitalista e as implicações do processo em vários níveis, certamente em nível ambiental, que não pode ser ignorado. Vale a pena recordar aqui uma conclusão de Norbert Elias (1978) sobre a tensão permanente entre prática e estratégia, a curto e a longo prazo, e especialmente sobre a relação entre conhecimento e ação em processos políticos:

Os governos contemporâneos tendem a afirmar – talvez de boa-fé – que podem superar os problemas sociais agudos dos seus países ‘racionalmente ou ‘realisticamente’. No entanto, na prática o que

eles costumam fazer é preencher as lacunas de nosso conhecimento empírico rudimentar sobre a dinâmica das inter-relações sociais com doutrinas dogmáticas, ditadas como panaceias, ou interesses partidários de curto prazo. Tomam decisões, a maioria das vezes aleatórias, permanecendo à mercê dos acontecimentos, cuja consequência é que os governos entendem tão pouco quanto seus governados (ELIAS, 1978, p. 31).

Sintonizando a reflexão de Elias com o processo de integração que analisamos, não se trata de questionar o compromisso político ou ideológico, nem as intenções dos líderes políticos, governos ou alianças de países, para mencionar apenas alguns atores relevantes, mas a necessidade de uma análise objetiva dos processos estruturais que enquadram o processo de integração para além das vontades e desejos humanos. No contexto deste artigo, isso implica muito particularmente a necessidade de mais conhecimento sobre as inter-relações do processo de integração democrática e da dimensão socioambiental.

Em relação a isso, a segunda pergunta, “integração de quê e de quem?”, aponta precisamente o destaque da alta heterogeneidade de regiões e atores, tradições culturais e políticas, escalas, condições físico-naturais, processos de formação do Estado e institucional, e configurações de poder intra, inter, e trans-estatal, entre outras questões. Mais particularmente, envolve a consideração das diferentes tradições e práticas históricas, incluindo valores e expressões culturais das relações que se estabeleceram com a base material de suas sociedades nas regiões da América Latina e Caribe. Por exemplo, no processo de integração existem países e regiões andinas, em algum dos quais se deu um processo radical de democratização que, ao menos no plano do discurso, dá centralidade a tradições e valores culturais - como os do “bem viver” na Bolívia e no Equador, expressos em Farah e Vasapollo (2011) e Gudynas (2011), que não possuem correlato forte em tradições prevalecentes em seus vizinhos do Cone Sul. Ao mesmo tempo, as ditas tradições andinas também contrastam fortemente com as dominantes, só para citar alguns casos, em vários territórios do Brasil ou de áreas do México, América Central e Caribe. Não se trata aqui de celebrar determinadas tradições em detrimento de outras ou estabelecer hierarquias entre elas, mas simplesmente reconhecer a complexa diversidade do que se tenta integrar mesmo que se reduzirmos a análise à dimensão socioambiental do processo.

De outro ângulo, em relação à configuração do poder relativo dos diferentes países nas relações inter e transnacionais, a integração realiza-se no âmbito da constituição de autonomias capitalistas emergentes e na consolidação simultânea de heteronomias pré-existentes, processos que estão interligados. O surgimento do Brasil como um poder econômico global e a sua consolidação como uma “locomotiva” do crescimento na América do Sul é, sem dúvida, o exemplo mais proeminente de uma autonomia capitalista emergente no processo de constituição. Por outro lado, a consolidação de heteronomias pré-existentes que ocorre nomeadamente no caso do México e da região centro-americana. Por exemplo, desde a década de 1990 México viu crescer a sua dependência dos Estados Unidos, notadamente através do acordo de livre comércio entre México, Estados Unidos e Canadá, iniciado em 1994. Também, México e os países centro-americanos tem experimentado nas últimas décadas uma série de processos que incluem a dependência de países inteiros de remessas enviadas por emigrantes e a militarização regional sob controle dos Estados Unidos no âmbito da “guerra em drogas”. Tendo em conta esta última, também abrange países da América do Sul e, particularmente, a Colômbia (GAMMAGE, 2006; SUAREZ; ORTEGA BRENA, 2007).

Por último, para além da retórica da “integração dos povos” que partilhamos como ideal e como projeto político, a análise desapassionada sugere que, nas dimensões centrais do processo de integração em marcha, prevalece a integração dos interesses particulares, nem sempre representantes das maiorias populares, e não menos importante, os interesses dos agentes sociais externos. Estes são interesses fundamentalmente capitalistas, ou seja, interesses que privilegiam a acumulação privada do lucro e não a distribuição social dos benefícios do desenvolvimento. Retomaremos esse ponto com alguns exemplos mais tarde. Se aceitarmos a primeira proposição sobre a natureza essencialmente capitalista do processo de integração, podemos examinar mais detalhadamente os obstáculos e as ameaças que enfrentam o processo de integração, entendido como um processo democrático no sentido substantivo, não meramente formal.

3 AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS

Proposição 2: A consolidação e o avanço das relações capitalistas têm sido historicamente vinculadas à destruição e à exploração, com efeitos

muitas vezes irreversíveis, da base material das sociedades humanas. O passado de América Latina e o Caribe têm sido marcado pelo intercâmbio ecológico desigual com as grandes potências imperialistas. Esse intercâmbio ecológico desigual está na base da dívida ecológica acumulada desde o século XVI pelos países imperialistas, e inclui formas de depredação menos difundidas como o imperialismo tóxico e biopirataria.

Embora saibamos que os seres humanos sempre têm transformado o ambiente natural, muitas vezes com resultados negativos para o ambiente e para as próprias sociedades humanas (DE VRIES; GOUDSBLOM, 2002), a relação entre a expansão global do sistema capitalista e o aumento quantitativo e qualitativo do processo de destruição da base material da vida, quando não da própria vida, está suficientemente documentado. Particularmente o século XX se constituiu em uma fase de mudanças climáticas antropogênicas com consequências para a vida em geral e para a espécie humana em particular, que nem sequer chegamos a compreender ou explicar totalmente (MCNEILL, 2000; FISCHER-KOWALSKI; HABERL, 2007). Desde cedo, a relação entre o capitalismo e a destruição ambiental, particularmente em relação às suas consequências para a vida e possíveis maneiras de resolver problemas (por exemplo, a redução da biodiversidade, poluição, aquecimento global, esgotamento de recursos não renováveis, etc.), têm sido objeto de intenso debate. Apesar de não podermos desenvolver este ponto ao detalhe, cabe mencionar, pela sua relevância para nosso tema, que há uma grande variedade de posições e argumentos, apoiado em tradições intelectuais e políticas de longa data, sobre estas questões.

Para simplificar, temos, por uma parte, os representantes do determinismo tecnológico que argumentam que a destruição da base material pelo sistema capitalista de produção tem solução no âmbito do próprio sistema: a solução é mais desenvolvimento tecnológico capitalista. Nessa posição coincidem tanto os defensores do sistema de produção capitalista, bem como alguns dos seus críticos mais acirrados, fato sofisticadamente analisado pelo sociólogo Português Hermínio Martins (1996; 1998). As versões mais extremas dessa posição têm argumentado que não importa se as árvores desaparecem ou se a água doce se torna inutilizável para a vida, pois a tecnologia nos permitirá criar soluções artificiais, em última instância inclusive árvores e água sintéticas

para resolver tais incômodos. Na realidade o corpo humano em si já é objeto de transformação tecnológica, com a capacidade crescente para substituir tecidos e órgãos humanos por substitutos artificiais. Na perspectiva dessa tradição de pensamento é questão de tempo e de políticas adequadas que deixem em liberdade os atores capitalistas para que possam desenvolver sua inventividade e recriar o universo. Como disse o Diretor de Estudos dos Recursos Naturais do ultra liberal Instituto CATO nos Estados Unidos: “Não só o mundo hoje é sustentável, mas é mais sustentável do que nunca foi, no sentido de que as gerações futuras serão herdeiros (sic) de um maior volume de capital natural e artificial, que lhes permitirá atender às suas necessidades, muito melhor do que as gerações anteriores” (TAYLOR, 1994, p. 49). Para Taylor, o debate sobre sustentabilidade é uma solução em busca de um problema. No outro extremo, várias tradições intelectuais e políticas têm insistido, desde pelo menos o século XIX, no processo inerentemente destrutivo da base material que caracteriza o capitalismo, concebido por James O’Connor como a “segunda contradição do capitalismo” (SCHNAIBERG, 1980; SCHNAIBERG; GOULD, 1994; O’CONNOR, 1998). Se na primeira contradição o capital enfrenta o proletariado, na segunda contradição o capital se enfrenta com a destruição da sua própria base material da qual sua existência depende.

Cabe destacar que a tomada de consciência sobre esse processo de destruição da base material que caracteriza o sistema capitalista não tem sido, como alguns podem pensar, um tema de socialistas ou de ambientalistas românticos que não entendem ou não querem entender a realidade econômica da vida social. Desde o aprofundamento do debate internacional sobre a existência de limites “ecológicos” para a produção capitalista, que ocorreu a partir do final dos anos 1960, empresários e intelectuais comprometidos com a democracia capitalista também têm participado ativamente da tarefa de investigar e demonstrar não só a existência de tais limites, mas até mesmo que tais limites já foram ultrapassados e que a espécie humana estaria vivendo “a crédito”, em termos ambientais. Certamente um dos casos mais notáveis e mais conhecidos é o do Club de Roma, que publicou o clássico relatório de pesquisa sobre “Limites ao crescimento”, um relatório que possui mais de 40 anos e está dando origem a um debate renovado (MEADOWS *et al.*, 1972; CLUB DE ROMA, 2012).

Agora, historicamente os países de América Latina e Caribe fizeram parte dos territórios da acumulação primitiva e ampliada de países capitalistas centrais e estiveram sujeitos a relações de intercâmbio desiguais em vários níveis, incluindo o ecológico. Esse fato passou do plano da mera retórica anti-imperialista e anticolonialista para fazer parte de estudos rigorosos que produziram estimativas da dívida ecológica que os países industrializados adquiriram com o Sul Global, não só através da pilhagem colonial direta, mas também através de formas mais sutis de intercâmbio ecologicamente desigual (BUNKER, 1984; GUHA; MARTÍNEZ-ALIER, 1997; HORNBERG, 1998; MARTINEZ-ALIER, 2002; MARTÍNEZ-ALIER; OLIVARES, 2003; RICE, 2007, 2009; ROBERTS; PARKS, 2007; NELSON; ROBERTSON, 2008; JORGENSEN; CLARK, 2009; SIMMS, 2009).

Mais recentemente, outros mecanismos de injustiça e desigualdade socioambientais, alguns também de longa data, adquiriram maior peso como resultado dos avanços tecnológicos no âmbito do processo de globalização capitalista, tais como o imperialismo tóxico e a biopirataria. Imperialismo tóxico refere-se à transferência, imposta ou negociada, de resíduos tóxicos originados em um país, geralmente um país industrializado, a países pobres cujos governos aceitam o acordo em troca de compensação ou simplesmente não têm as condições de controle e regulação que lhes permitem evitar a descarga de substâncias tóxicas em seus territórios. Um evento que aconteceu em julho de 2009 no Brasil ilustra este tipo de mecanismos. O governo brasileiro detectou que mais de 1.500 toneladas de lixo tóxico hospitalar, incluindo sangue, fraldas, preservativos, e seringas, tinham sido ingressados no país desde o Reino Unido disfarçados como “plástico” (BBC, 2009). O governo protestou e o Reino Unido tomou as medidas necessárias para retornar o lixo a seu território. Como disse um analista do caso, “globalmente, [este episódio brasileiro] o caso não é se quer um arranhão na superfície” (Fox, 2009). DE fato, este é um pequeno exemplo de uma prática bem documentada e estendida a todo o mundo (MARTINEZ-ALIER, 2002). No entanto, o imperialismo tóxico assume, também, formas mais sutis, como por exemplo a transferência para outros países de cargas poluentes integradas a produtos comercializados (MURADIAN *et al.*, 2002).

Enquanto isso, a biopirataria, que consiste na apropriação de material e conhecimento biológico sem reconhecimento ou compen-

sação, é um antigo constituinte da prática do “imperialismo ecológico”. Processo este em que historicamente os países da América Latina e Caribe serviram de palco central (CROSBY, 1988). Nos últimos tempos, a prática atingiu níveis elevados de sofisticação através de avanços na biotecnologia e engenharia genética, nomeadamente no campo da bioprospecção, por exemplo, relacionado com a produção industrial de medicamentos comerciais e sementes geneticamente modificadas (SHIVA, 2001). Nesse sentido, um artigo publicado em janeiro de 2007 nos Estados Unidos sobre a questão da bioprospecção, discutia “quem tem o direito de curas naturais?” (VECCHIO, 2007). O artigo se refere ao fato de uma empresa privada ter conseguido obter uma patente exclusiva para comercializar produtos com base nas propriedades medicinais da maca, um tubérculo que cresce nas alturas dos Andes e que as comunidades de Quechua têm usado por séculos para aliviar o mal das alturas e como afrodisíaco. O da maca é também um pequeno exemplo de um processo global em que os países da América Latina e Caribe tornaram-se território privilegiado de disputas de bioprospecção e biopirataria, em grande parte devido à rica biodiversidade que caracteriza a região (PERITORE; NILES, 1992; FALCON; FOWLER, 2002; HELFRICH, 2002; BRAILOVSKY; FOGUELMAN, 2007).

4 INTEGRAÇÃO E INTERCÂMBIO ECOLÓGICAMENTE DESIGUAL

Proposição 3: Os processos de integração em andamento em América Latina e Caribe, são fundados na consolidação e na rápida expansão do crescimento econômico alimentada pelo papel ativo do Estado em apoiar atores capitalistas nacionais e transnacionais nos países que lideram o processo. A crescente autonomia dos estados da região, grandemente reforçada pelo processo de integração política, tende a reequilibrar, em certa medida, a situação histórica de intercâmbio econômico desigual que tinha se aprofundado a partir de políticas neoliberais na década de 80. No entanto, as formas assumidas pelo processo de integração no nível produtivo ameaçam aprofundar as relações de intercâmbio ecológicamente desigual entre países e regiões e no interior dos próprios países.

O desenvolvimento econômico é inegavelmente ligado à autonomia crescente dos países da região, particularmente dos sul-americanos, e com o processo de integração em andamento. Os aspectos positivos do processo já foram discutidos anteriormente e são objeto de amplo reconhecimento internacional, particularmente, no caso do Brasil (OCDE, 2010). No entanto, existem três aspectos interligados que é importante salientar em relação a esta terceira proposição, os quais tem a ver com a continuidade e com o aprofundamento das formas de intercâmbio ecologicamente desigual históricas. Primeiro, a continuidade e até aprofundamento das relações históricas de intercâmbio ecológico desigual Norte-Sul, amplificado pelo surgimento de dinâmicas similares Sul-Sul. Segundo, a dependência extrema do extrativismo e da exploração de matérias-primas que seguem caracterizando as economias latino-americanas. Em terceiro lugar, deve ser mencionado o produtivismo desenvolvimentista que reluta em incorporar a dimensão socioambiental na análise e na prática, o que caracteriza o pensamento dominante nas elites intelectuais e políticas na América Latina e Caribe, mais além do nível discursivo que geralmente incorpora o tema da sustentabilidade em seus diferentes aspectos, incluindo o conceito de “Bem Viver” das tradições andinas.

Em relação ao primeiro ponto, a continuidade e mesmo o aprofundamento das relações históricas de intercâmbio ecologicamente desigual Norte-Sul e o surgimento de dinâmicas semelhantes Sul-Sul constituem uma barreira para o processo democrático da integração. Um exemplo é a transferência de atividades industriais “suja”, proibidas ou extremamente regulamentadas nos países centrais (que as tornam economicamente ou legalmente inviáveis em seus territórios), em relação aos países da América Latina e Caribe, como o triste exemplo das fábricas de celulose que estiveram no centro de um conflito quase bélico, pelo menos no nível retórico, entre Argentina e Uruguai desde 2005. A questão dos transgênicos, cujo cultivo e consumo são proibidos na Europa, por razões eminentemente democráticas (a maioria da população se opõe a eles com base na informação pública sobre os potenciais perigos dessas culturas), mas que na América Latina, se expandiu praticamente sem restrições e frequentemente sem nenhum controle do seu impacto sobre a população. Outro caso é o de mineração a céu aberto usando cianureto (e outras substâncias perigosas, como o mercúrio),

substância proibida em maio de 2010 pelo Parlamento Europeu, em todo o território da União Europeia, com base no Princípio da Precaução e da Convenção sobre Biodiversidade, adotada na Declaração do Rio de Janeiro de 1992 (Parlamento Europeu, 2010) que, no entanto, é empregado pelas empresas de mineração, em sua maioria com matrizes em países do Norte, mas também nas capitais regionais, da América Latina e em outros países do Sul Global (SIBAUD, 2012).

Entretanto, também ocorrem problemas de intercâmbio ecológicamente desigual entre e em países do Sul, às vezes como resultado da aplicação irregular das normas reguladoras que favorecem a “migração” de atividades poluentes para territórios com menos controle e, outras vezes, por uma reprodução da relação entre países industrializados e países fornecedores de insumos de produção entre países e regiões da América Latina e Caribe. Um exemplo clássico tem sido a relação entre Brasil e Paraguai em torno da energia elétrica gerada pela represa binacional Itaipu, uma situação de desigualdade que o ex Presidente Luiz Inácio Lula da Silva contribuiu a revisar nas negociações com o Presidente Fernando Lugo entre 2008 e 2010, precisamente no âmbito do Mercosul. No entanto, recentes acordos entre o Brasil e países vizinhos para a construção de barragens, por exemplo, estão sendo observados por alguns críticos como uma forma de consolidar relações ecológicamente desiguais entre os países. Relatórios do Centro de Informações do Banco, entidade sediada em Washington que se dedica ao controle das atividades do Banco Mundial, incluindo os impactos ambientais dos projetos financiados, alertam para essa importante dimensão do processo de integração. Por exemplo, em relação aos acordos entre Brasil e Peru para a construção de hidrelétricas na Amazônia peruana, críticos assinalam que o Peru teria o papel de fornecedor de eletricidade e sofreria a maior parte dos impactos ambientais no seu próprio território (BANK INFORMATION CENTER, 2011). Outros autores têm argumentado que uma das barragens em construção deslocará as comunidades indígenas Asháninka no Peru, as quais tem resistido todas as tentativas históricas desde tempos coloniais que procuravam despojar a eles de suas terras. Agora essas comunidades serão finalmente despejadas de seus territórios como resultado de um acordo democrático entre dois países em processo crescente de integração econômica (Torres Espinoza, 2012).

Com relação ao segundo ponto, é amplamente reconhecido que a dependência extrema do extrativismo, incluindo o energético (petróleo e gás) e a exploração de matérias-primas, segue caracterizando as economias latino-americanas, mesmo as mais industrializadas, como o Brasil. Um recente relatório recorda-nos que enquanto os países industrializados, incluindo China, exportam, principalmente, produtos manufaturados, os países “menos desenvolvidos” continuam a ser dependentes, de forma extrema, da exportação de matérias-primas: “70% dos recursos provenientes da exportação dos países latino-americanos vêm de receitas de exportação de matérias-primas agrícolas e minerais” (PNUMA, 2011, p. 45-46). Este é um aspecto bem conhecido que não faz sentido repetir aqui, mas vale a pena destacar alguns aspectos que são menos conhecidos e estão interligados com o ponto anterior, o intercâmbio ecologicamente desigual. Por exemplo, estudos recentes que buscam incorporar a dimensão ambiental e, particularmente, as externalidades ambientais do processo de produção colocam ênfase em fatores anteriormente ignorados no “custo” de exportação, como cereais ou produtos de carne, mas também os produtos industrializados. É o caso da “água virtual”, originalmente um termo para conceituar a água incorporada em produtos de exportação agrícolas nos países do Oriente Médio e norte da África (ALLAN, 1998; 2002). O conceito de água virtual desencadeou um debate internacional importante, no qual se demonstra que a maior parte da água incorporada nos fluxos de intercâmbio comercial não é contabilizada, e em muitos casos assume a forma de um intercâmbio ecologicamente desigual, pois trata-se de uma transferência de recursos não remunerada nem compensada (CHAPAGAIN e HOEKSTRA, 2004; CHAPAGAIN e HOEKSTRA, 2004; HOEKSTRA, 2006; 2007). O mesmo é verdadeiro, como já comentamos, com os fluxos de contaminação incorporados em produtos comerciais (MURADIAN *et al.*, 2002) e, desde sempre, com as transferências na qualidade do solo (como o consumo da fertilidade do solo) que ocorrem nestes intercâmbios. Países cujas economias estão fortemente dependentes das exportações de produtos primários como carne, cereais e outros produtos agrícolas ou de matérias-primas como madeira, minerais e mercadorias similares são particularmente afetados por esse tipo de intercâmbio ecológico desigual. Praticamente todos os países da região são caracterizados por esse tipo de dependência, que tem a idade

do próprio capitalismo. Em sua fase atual, aspectos centrais do processo de integração, tais como a integração de transporte multimodal que forma tanto parte da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) como o do Projeto de Integração e Desenvolvimento Mesoamérica (Projeto Mesoamérica) estão profundamente comprometidos com a expansão do modelo primário-exportador (DA ROCHA, 2012; VAN DIJCK, 2013).

O terceiro ponto, que está intimamente ligado aos anteriores, é o produtivismo desenvolvimentista que não incorpora a dimensão ambiental. Nesse ponto, é necessário distinguir entre o plano de urgência imediata e o plano da estratégia de longo prazo que presume o processo de integração. No plano mais imediato, é claro que o renascimento dos países latino-americanos da profunda crise social, econômica e política das últimas décadas é uma conquista extremamente significativa que deve defender-se e consolidar-se. Pensar somente que muitos dos nossos países emergiram da longa noite das ditaduras, para então, afogar-se na crise promovida por políticas neoliberais, nos coloca em uma situação delicada, que a muitos, talvez, impede de tomar uma posição crítica em relação ao atual processo de recuperação, crescimento econômico e integração regional. No entanto, não se pode ignorar a necessidade da crítica das formas dominantes de desenvolvimento econômico, que tendem a reproduzir ou mesmo ampliar as tendências históricas de intercâmbio ecologicamente desigual. Verifica-se um padrão dominante na região, em que, por um lado, os governos e as empresas privadas assumem oficialmente o discurso da sustentabilidade e responsabilidade ambiental, mas na prática a dimensão socioambiental continua a ser postergada ou mesmo ignorada diante do que é percebido, sempre, como questões mais urgentes, ou seja, crescimento econômico e progresso material. Sem renunciar a clara necessidade de melhorar as condições materiais de vida das sociedades latino-americanas, é essencial não perder a perspectiva e examinar criticamente a direcionalidade do processo: integração (e progresso material), de quem (quem é integrado)? Para quem se integra as regiões (quem se beneficia)? Qual é o custo (ambiental, econômico, político e sociocultural)? Quem paga esse custo? Como se paga? Essas e outras questões apontam para a relação fundamental que existe entre o processo de integração e o processo de democratização substantiva, uma relação que não podemos dizer que está assentada.

5 INJUSTIÇA E DESIGUALDADE AMBIENTAIS

Proposição 4: A destruição da base material que acompanha o processo de intercâmbio ecológico desigual se apresenta como uma dupla ameaça para o processo de integração democrática na região. Por um lado, a destruição da base material por definição constitui um obstáculo para o modelo de integração centrado no aprofundamento das relações capitalistas, porque corrói os alicerces da produção. Por outro lado, o processo tornou-se um dos motores da produção e reprodução das desigualdades estruturais, sob a forma de injustiça e desigualdade socioambiental e como tal, em um obstáculo crucial ao processo de democracia substantiva.

Como discutido anteriormente, a noção de “limites naturais” à produção, ou seja, a tomada de consciência de que apesar da enorme capacidade científica e tecnológica desenvolvida (e potencialmente acessíveis) pelos seres humanos existem limites impostos pela base material das sociedades. Isso não é meramente o produto de argumentos de ambientalistas utópicos ou dos profetas do apocalipse ecológico, mas de atores ilustrados, para chamá-los de alguma forma, entre os próprios defensores da democracia capitalista que coincidem na análise, como no caso já mencionado do Club de Roma. Na mesma linha, um recente relatório do painel de recursos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) indica o seguinte:

Como em relatórios anteriores ao painel, a superexploração dos recursos, mudança do clima, mudanças no uso da terra e a perda de biodiversidade subiram até o topo das principais preocupações internacionais. Um resultado é que ‘sustentabilidade’ se converteu em um imperativo social e econômico entre os governos, organizações internacionais e empresas. Líderes nestes setores agora compreendem que o progresso rumo a uma economia mais sustentável requer uma redução absoluta na utilização dos recursos a nível global, enquanto o bem-estar dos seres humanos simultaneamente exige uma expansão das atividades econômicas e uma redução dos impactos ambientais. O dilema de expandir as atividades econômicas e, simultaneamente, reduzir a taxa de utilização dos recursos e o impacto ambiental desses usos podem representar um desafio muito sério para a sociedade (PNUMA, 2011, p. 7-8).

Em relação ao nosso tema, imediatamente surgem algumas perguntas relacionadas às conclusões do relatório citado. É possível considerar essa noção de “limites” no contexto da integração regional da América Latina e Caribe? Não seria a concordância com existência de tais limites uma aceitação tácita da impossibilidade do desenvolvimento, ou seja, da possibilidade da “expansão das atividades econômicas” que o próprio relatório do PNUMA reconhece como uma exigência para assegurar “o bem-estar dos seres humanos” na nossa região? Neste sentido, um tema preocupante a se colocar é em que medida os “líderes” políticos e empresariais, para usar a linguagem do PNUMA, do processo de integração da América Latina e Caribe, também compreendem a necessidade de enfrentar o dilema apresentado pela necessidade de assegurar o bem-estar da população e ao mesmo tempo proteger a base material das sociedades da região? O fato de uma parte significativa dos conflitos sociais que ocorrem em toda a região, estar conectados, de uma maneira ou de outra, com o percepção ou realidade efetiva de crescentes injustiças e desigualdades ambientais causadas, nomeadamente pela mineração a céu aberto, a expansão das culturas transgênicas com seu impacto pelo seu pacote tecnológico de agroquímicos e agrotóxicos, o desmatamento incontrolável, a biopirataria às vezes negociada ou pelo menos tolerada pelos governos, a imposição frequentemente unilateral e forçada da construção de enormes obras de infraestrutura que muitas vezes deslocam populações inteiras, destruindo seus lugares ancestrais e transformando irreversivelmente os ecossistemas, ou a contínua poluição do ar, solo e água por atividades econômicas não controladas ou mal regulamentadas, sugere que este dilema assume dimensões ainda mais colossais no contexto da nossa região (ALIMONDA, 2002; BRAILOVSKY; FOGUELMAN, 2007; KUECKER, 2007; VAN DIJCK; DEN HAAK, 2007; CARRUTHERS, 2008; NEWELL, 2009; URKIDI AZKARRAGA, 2010; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010; PIECK, 2011). Mesmo se assumirmos que estão a aumentar os níveis de consciência nos segmentos das lideranças políticas e empresariais da América Latina e Caribe sobre a natureza do desafio, evidências sugerem que, entre a tomada de consciência do dilema e a capacidade e/ou vontade de implementar ações concretas a este respeito, há um vácuo enorme. Parece pequeno, embora não menos impressionante, o caso da fracassada tentativa de aprovar uma lei sobre a proteção das florestas

na província de Córdoba, Argentina, em 2010. Estima-se que Córdoba tenha perdido, durante o século XX, 95% de sua floresta nativa, e o objetivo central da lei proposta por uma aliança de setores provinciais era impedir o avanço do desmatamento promovido pela incursão acelerada da lavoura de soja e outras atividades econômicas (BARRI; DE LUCA, 2009). A lei para proteger esses 5% de floresta restante não conseguiu ser aprovada e pelo contrário a legislatura provincial passou outra lei que tem sido denunciada por uma ampla gama de atores porque ela valida o desmatamento continuado da província, ao ponto tal que o próprio Ombudsman da Argentina acabou intervindo a este respeito (LA VOZ DEL INTERIOR, 2012). Já não é meramente um confronto entre ambientalistas preocupados com a preservação da natureza em abstrato, por um lado, e os governos e empresários, criadores de riqueza, por outro lado, como por vezes tendem a se apresentar essas controvérsias nas nossas sociedades. Córdoba, província semidesértica, tem visto seriamente agravada a situação ambiental nas últimas décadas e enfrenta uma crise hídrica de grande magnitude, em grande parte relacionada ao desmatamento extremo e o descontrolado avanço da agricultura intensiva entre outras questões. Não só está em causa a sustentabilidade do modelo produtivo de Córdoba, mas também a qualidade de vida das pessoas está sendo severamente afetada, a ponto de aumentar recorrentes conflitos contra a injustiça e a desigualdade ambiental resultantes desses processos. O exemplo de Córdoba é um caso de destaque, mais não constitui uma exceção ou raridade, mas sim exemplifica um padrão preocupante a nível regional, já que os conflitos socioambientais passaram a ocupar um lugar central em nossas sociedades. Com demasiada frequência essas confrontações levam à repressão das comunidades e dos movimentos sociais mobilizados contra os impactos dessas desigualdades, incluindo os países da região com governos politicamente progressistas (CLACSO, 2016). Essas confrontações tendem a expressar a existência de profundas contradições no processo de democratização regional e são um grande obstáculo à expansão e consolidação da democracia substantiva, não meramente retórica.

Com base no exposto, cabe fazer algumas perguntas adicionais: em que medida o processo de integração em curso pressupõe o aprofundamento dos processos de desigualdade e injustiça socioambientais? É possível considerar um modelo democrático de integração que tenha

como eixo central a redução da injustiça e da desigualdade simultaneamente em suas dimensões sociais e ambientais? Às vezes, a direção tomada pelo processo em alguns países da região, onde a mobilização das comunidades afetadas pela mineração a céu aberto, a construção de grandes infraestruturas, o desmatamento, a expansão do agronegócio, e outros problemas semelhantes é respondida com discursos de reprovação (por exemplo, “quem se opõe à mineração, se opõe ao progresso”), quando não com repressão violenta em casos mais extremos, nos leva a uma série de questões potencialmente importantes para o futuro da integração regional democrática.

Será que na América Latina e Caribe, implicitamente, se aceita a hipótese do cientista político americano Ronald Inglehart, segundo a qual a preocupação com as questões ambientais pertenceria à etapa pós-material de desenvolvimento social, uma característica avançada que ainda se encontra distante no futuro para a maioria das sociedades menos desenvolvidas (INGLEHART, 1971)? Embora a hipótese de Inglehart tenha sido consistentemente rejeitada ao nível da academia (BRECHIN; KEMPTON, 1997; DUNLAP; MERTIG, 1997; MARTINEZ-ALIER, 2002), a prática política, incluindo a dos governos progressistas em relação aos exemplos antes mencionados, muitas vezes parece assumir tal hipótese como pressuposto de sua política ambiental e de desenvolvimento.

Ainda em relação com o anterior: é possível conciliar a justiça e as igualdades sociais com a justiça e as igualdades ambientais? Qual seria o “limite”, o “umbral”, aceitável de tolerância, de injustiça e desigualdade ambiental quando elas parecem incompatíveis com igualdade e justiça social? Em que situações seria legítimo subordinar justiça e igualdade ambientais à justiça e igualdade sociais? Estas perguntas se revestem de grande relevância, principalmente com relação às grandes disjuntivas éticas e políticas que confrontam governos progressistas da região na contradição entre suas políticas ambientais e as de desenvolvimento econômico. Servem como exemplos os conflitos gerados pelo projeto de transferência do Rio São Francisco, no Brasil, o gasoduto transamazônico, a construção de barragens e a mineração a céu aberto nos diferentes países da região, a introdução dos transgênicos, o contínuo desmatamento, a destruição da biodiversidade e da fertilidade das melhores terras do continente, a privatização e mercantilização da água e de seus serviços essenciais (embora com outros nomes, como as “parcerias público-privadas”).

das”), a gestão dos desastres “naturais”, a questão nuclear (não discutida a sério pelos países da região), ou o impacto social dos processos de mudança climática. É possível considerar este aparente dilema entre justiça e igualdade ambientais e justiça e igualdade sociais desde uma posição de uma democracia substantiva, não meramente formal? Entanto a evidência sugere que isso de fato acontece, temos boas razões para afirmar a necessidade de uma revisão crítica do problema, impostergável.

6 REFLEXÕES FINAIS

Com o intuito de contribuir para o debate crítico, em primeiro lugar, seria conveniente examinar a existência de obstáculos epistemológicos e de não observáveis que dificultam tanto o avanço da produção de conhecimento como da ação prática sobre estas questões. Especificamente, é importante rever os fundamentos das tradições desenvolvimentistas que predominam na região, de grande efeito hoje, à luz dos recentes debates internacionais, incluindo o debate latino-americano sobre a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento dominante. Em segundo lugar, é importante discutir a dobra do pensamento e da ação política atuais, com o predomínio das visões *hodiocêntricas*, centradas no presente, *ahistóricas* (ELIAS, 2009; GOUDSBLOM, 1977), características da economia neoclássica e das tecno-ciências, mas que nas últimas décadas têm permeado também as ciências sociais e as estratégias dos setores progressistas comprometidos com a justiça social. Como recuperar a capacidade de distanciamento crítico em relação a realidade imediata, de adotar a perspectiva histórica, da análise de possíveis futuros? Em terceiro lugar e, para concluir, deve-se colocar o problema em sua dimensão ética e muito especialmente em relação ao processo de autonomia da ação política em relação ao plano moral e sua subordinação aos valores do plano instrumental em nome do “realismo”, da “eficácia” e do pragmatismo político que em grande parte caracterizam a relação entre a política ambiental e o desenvolvimento social, tanto na teoria como na prática. Uma política democrática abrangente, que tenda a cobrir o conjunto, numa perspectiva de longo prazo, requer a superação das contradições aparentemente insolúveis entre as exigências da justiça e da igualdade ambientais e sociais. Por sua vez, no plano intelectual,

este desafio requer uma ruptura epistemológica, que permita alcançar níveis mais elevados de coordenação interdisciplinar na produção de conhecimento científico sobre as relações do sociedade-natureza, um processo no qual as ciências sociais latino-americanas são chamadas a desempenhar um papel central.

REFERÊNCIAS

ALIMONDA, H. *Naturaleza, Sociedad y Utopía*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2002.

ALLAN, J. A. Watersheds and problemsheds: Explaining the absence of armed conflict over water in the Middle East. *Middle East Review of International Affairs* v.2, n.1, p. 49-51, 1998.

_____. *The Middle East Water Question. Hydropolitics and the Global Economy*. London and New York, Tauris, 2002.

BANK INFORMATION CENTER. *Represa Hidroeléctrica Inambari*. Disponível em: <http://www.bicusa.org/es/Project.10078.aspx>., 2011.

BARRI, F.; DE LUCA, N. El valor de los servicios ambientales. *La Voz del Interior*, 15/05/2009. Disponível em: http://archivo.lavoz.com.ar/nota.asp?nota_id=516571, Acesso em: 15/05/2009.

BBC - BRITISH BROADCASTING CORPORATION, UK set to take back Brazil waste. 19 July 2009. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/1/hi/8157745.stm>. Acesso em 15/02/2016.

BRAILOVSKY, A.E.; FOGUELMAN, D. *Memoria Verde. Historia Ecológica de la Argentina*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2007.

BRECHIN, S.R.; KEMPTON, W. Beyond postmaterialist values: national versus individual explanations of global environmentalism. *Social Science Quarterly*, v.78, n.1, p. 16-20, 1997.

BUNKER, S.G. Modes of extraction, unequal exchange, and the progressive underdevelopment of an extreme periphery: the Brazilian Amazon, 1600-1980. *American Journal of Sociology*, v.89, n.5, p. 1017-1064, 1984.

CARRUTHERS, D. V. (org.). *Environmental Justice in Latin America. Problems, Promise and Practice*. Cambridge, MA, and London, UK, MIT Press, 2008.

CEPAL. *Social Panorama of Latin America 2008*. Santiago de Chile, Comisión Económica Para América Latina y el Caribe, 2009.

CHAPAGAIN, A. K.; HOEKSTRA, A.Y. Water Footprints of Nations. *The Value of Water Research Report Series*. Delft, UNESCO, 2004.

_____. Water Footprints of Nations. Appendices. *The Value of Water Research Report Series*. Delft, UNESCO, 2004b.

CLACSO – CONSELHO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Portal de Observatorios of Políticas Públicas, Direitos Sociais, e Cidadania em América Latina e Caribe. Buenos Aires: CLACSO, 2016. Disponível em: http://www.clacso.net/portal_observatorios/institucional/institucional.asp. Acesso em 15/2/2016.

CLUB DE ROMA. 40 years Limits to Growth. What Was the Real Message of Limits to Growth?. Disponível em: <http://www.clubofrome.org/>, 2012.

CORNIA, G. A. Income Distribution under Latin America's New Left Regimes. *Journal of Human Development and Capabilities* v.11, n.1, p. 85-114, 2010.

CROSBY, A. W. *Imperialismo ecológico. La expansión biológica de Europa, 900-1900*. Barcelona: Editorial Crítica., 1988.

DA ROCHA, H. J. (2012), “Integração desintegradora: a trajetória de projetos hidrelétricos desde a IIRSA até as comunidades locais”, *Revista Mural Internacional*, v.3, n.1, p. 30-36, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/rmi.2012.5910>. Acesso em 15/2/2016.

DE VRIES, B.; GOUDSBLOM, J. *Mappae Mundi. Humans and their Habitats in a Long-Term Socio-Ecological Perspective. Myths, Maps, and Models*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2002.

DUNLAP, R.E.; MERTIG, A.G. Global environmental concern: an anomaly for postmaterialism.” *Social Science Quarterly*, v. 78, n.1, p. 24-29, 1997.

ELIAS, N. *What is Sociology?* Londres: Hutchinson, 1978.

ELIAS, N. The retreat of sociologists into the present. Essays III: On Sociology and the Humanities, *Collected Works*, v.16, Dublin: University College Dublin Press, pp. 107-126, [1987] 2009.

FALCON, W.P.; FOWLER, C. Carving up the commons—emergence of a new international regime for germplasm development and transfer. *Food Policy*, v.27,n3, p. 197-222, 2002.

FARAH, I.; VASAPOLLO, L. (orgs.). *Vivir Bien: ¿Paradigma no Capitalista?* La Paz, Bolivia, Postgrado en Ciencias del Desarrollo de la Universidad Mayor de San Andrés (CIDES-UMSA) y Departamento de Economía de la Universidad de Roma “La Sapienza”, 2011.

FISCHER-KOWALSKI, M.; HABERL, H. (orgs.). *Socioecological Transitions and Global Change. Trajectories of Social Metabolism and Land Use*. Cheltenham, Gloucestershire, UK, Edward Elgar Publishing, 2007.

FOX, M., Following the trail of toxic trash. New York and Bonn: *Global Policy Forum*, 2009. Disponível em: <https://www.globalpolicy.org/globalization/cases-of-globalization/48037-following-the-trail-of-toxic-trash.html>. Acesso em 15/2/2016.

GAMMAGE, S. Exporting People and Recruiting Remittances: A Development Strategy for El Salvador? *Latin American Perspectives* v.33, n.6, p. 75-100, 2006.

GOUDSBLOM, J., *Sociology in the Balance: A Critical Essay*, Oxford: Wiley-Blackwell, 1977.

- GUDYNAS, E. Buen Vivir: Germinando alternativas al desarrollo. *América Latina en Movimiento*, v.462, p. 1-20, 2011.
- GUHA, R.; MARTÍNEZ-ALIER, J. *Varieties of Environmentalism. Essays North and South*. Londres, Earthscan, 1997.
- HELFRICH, S. *La Vida en Venta*. El Salvador, Fundación Heinrich Böll Editions, 2002.
- HOEKSTRA, A.Y. The Global Dimension of Water Governance: Nine Reasons for Global Arrangements in order to Cope with Local Water Problems, *The Value of Water Research Report Series*. Delft, UNESCO, 2006.
- _____. Human Appropriation of Natural Capital: Comparing Ecological Footprint and Water Footprint Analysis. *The Value of Water Research Report Series*. Delft, UNESCO, 2007.
- HORNBERG, A. Towards an ecological theory of unequal exchange: articulating world system theory and ecological economics. *Ecological Economics*, 25, p. 127-136, 1998.
- INGLEHART, R. The Silent Revolution in Europe: Intergenerational Change in Post-Industrial Societies. *The American Political Science Review*, v.65, n.4, p. 991-1017, 1971.
- JORGENSEN, A.K.; CLARK, B. The Economy, Military, and Ecologically Unequal Exchange Relationships in Comparative Perspective: A Panel Study of the Ecological Footprints of Nations, 1975–2000. *Social Problems*, v.56, n.4, p. 621-646, 2009.
- KUECKER, G.D. Fighting for the Forests: Grassroots Resistance to Mining in Northern Ecuador. *Latin American Perspectives*, v.34, n.2, p. 94-107, 2007.
- LA VOZ DEL INTERIOR. La Defensoría le pide a Córdoba que cambie su ley de bosques. *La Voz del Interior*, 14 de enero de 2012. Córdoba, 2012.
- LÓPEZ-CALVA, L.F.; LUSTIG, N. (Eds.). *Declining Inequality in Latin America. A Decade of Progress?* New York: Brookings Institution Press y PNUD, 2010.
- MARTINEZ-ALIER, J. *The Environmentalism of the Poor. A Study of Ecological Conflicts and Valuation*. Cheltenham, UK, and Northampton, Ma, USA, Edward Elgar, 2002.
- MARTÍNEZ-ALIER, J.; OLIVARES, A. *¿Quién debe a quién? Deuda externa y deuda ecológica*. Barcelona: Editorial Icaria, 2003.
- MARTINS, H. *Hegel, Texas e outros Ensaio de Teoria Social*. Lisbon, Século XXI, 1996.
- _____. O deus dos artefatos: sua vida, sua morte. *Tecnociência e Cultura. Ensaio sobre o Tempo Presente* H. Reis de Araújo. Sao Paulo: Estação Liberdade: 149-168, 1998.
- MARX, K. *El Capital. Crítica de la Economía Política*. México DF, Siglo XXI, 1985.
- MCNEILL, J. *Something new under the Sun. An Environmental History of the Twentieth Century*. Londres, Penguin, 2000.
- MEADOWS, D.H., MEADOWS, D.L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W.W. *The Limits to Growth*. Washington, D.C., Potomac Associates, New American Library, 1972.

MURADIAN, R.M.; O'CONNOR, J.; MARTÍNEZ-ALIER, J. Embodied Pollution in Trade: Estimating the environmental load displacement of Industrialized Countries. *Ecological Economics*, v.41, n.1, p. 51-67, 2002.

NELSON, G.C.; ROBERTSON, R.D. Green Gold or Green Wash: Environmental Consequences of Biofuels in the Developing World. *Review of Agricultural Economics*, v.30.n.3, p. 517-529, 2008.

NEWELL, P. Bio-Hegemony: The Political Economy of Agricultural Biotechnology in Argentina. *Journal of Latin American Studies*, v. 41, n.1, p. 27-57, 2009.

O'CONNOR, J. *Natural Causes. Essays in Ecological Marxism*. New York: Guilford Press, 1998.

OCDE. *Tackling Inequalities in Brazil, China, India and South Africa*. Paris, OCDE Publishing, 2010.

PARLAMENTO EUROPEU. European Parliament resolution of 5 May 2010 on a general ban on the use of cyanide mining technologies in the European Union. Luxemburgo, Parlamento Europeu, 2010.

PERITORE, N. P.; NILES, L.B. El surgimiento del cartel biotecnológico. *Revista Mexicana de Sociología*, v.54, n.2, p. 101-131, 1992.

PIECK, S. K. Beyond postdevelopment: civic responses to regional integration in the Amazon. *Journal of Cultural Geography*, v.28, n.1, p. 179-202, 2011.

PNUMA. Decoupling natural resource use and environmental impacts from economic growth, A Report of the Working Group on Decoupling to the International Resource Panel. Paris: PNUMA, 2011

RICE, J. Ecological Unequal Exchange: Consumption, Equity, and Unsustainable Structural Relationships within the Global Economy. *International Journal of Comparative Sociology*, v.48, n.1, p. 43-72, 2007.

_____. North-South Relations and the Ecological Debt: Asserting a Counter-Hegemonic Discourse. *Critical Sociology*, v.35, n.2, 2009.

ROBERTS, J.T.; PARKS, B.C. Fueling Injustice: Globalization, Ecologically Unequal Exchange and Climate Change. *Globalizations*, v 4, n.2, p. 193-210, 2007.

SCHNAIBERG, A. *The Environment: From Surplus to Scarcity*. New York: Oxford University Press, 1980.

SCHNAIBERG, A.; GOULD, K.A. *Environment and Society: The Enduring Conflict*. New York, St. Martin's Press, 1994.

SHIVA, V. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SIBAUD, P. *Opening Pandora's Box. The New Wave of Land Grabbing by the Extracting Industries and the Devastating Impact on Earth*. London: The Gaia Foundation: 56, 2012.

SIMMS, A. *Ecological Debt: Global Warming and the Wealth of Nations*. London: Pluto Press, 2009.

SUÁREZ SALAZAR, L.; ORTEGA BREÑA, M. The New Pan-American Order: The Crisis and Reconstitution of the U.S. System of Global Domination. *Latin American Perspectives*, v. 34, n.1, p. 102-111, 2007.

TAYLOR, J. The challenge of sustainable development. *Regulation*, v.17, n.1, p. 35-50, 1994.

TORRES, ESPINOZA, Luis Felipe (2012), “Exploring environmental governance in the Peruvian Amazon: development, environment and indigenous peoples in the case of the Pakitzapango dam project”, MA Dissertation in Interdisciplinary Latin American Studies, Newcastle University, Reino Unido. Uma versão do trabalho foi publicada em espanhol em 2013 como “Estado, organizaciones indígenas y movimientos ambientalistas: un estudio de la gobernanza ambiental en la Amazonía peruana desde el proyecto ‘Pakitzapango’ en el Río Ene”, disponível na Food and Agriculture Organization (FAO)’s Knowledge Platform on Family Agriculture: <http://www.fao.org/family-farming/detail/es/c/328638/>. Acesso em 15/2/2016.

URKIDI AZKARRAGA, L. Environmental Justice and the Politics of Scale in Latin American Social Movements against Gold Mining. The Cases of Pascua-Lama in Chile and Marlin in Guatemala. *Instituto de Ciencia y Tecnología Ambientales*. Barcelona, Universidad Autónoma de Barcelona. Doctorado en Ciencias Ambientales, 2010.

VAN DIJCK, P.; DEN HAAK, S. *Construcción Problemática. IIRSA y las Asociaciones Público-Privadas en la Infraestructura Vial*. Amsterdam: Centro de Estudios y Documentación Latinoamericanos (CEDLA). Disponível em: http://www.cedla.uva.nl/50_publications/pdf/cuadernos/cuad21.pdf, 2007.

VECCHIO, R. Bioprospecting: Who has rights to nature’s cures? *The Seattle Times*, 12 de enero de 2007, Seattle, 2007.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (orgs.). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RESUMO

O artigo discute questões relativas aos processos de integração e democratização das sociedades da América Latina e Caribe, com ênfase nos conflitos decorrentes de desigualdades ou injustiças socioambientais. O argumento central é que um dos obstáculos mais complexos para a integração democrática é a destruição da base material de nossas sociedades com o consequente aprofundamento dos conflitos ligados a injustiças e desigualdades socioambientais. Esse argumento é discutido em quatro proposições: 1) Integração capitalista: o processo de integração é realizado principalmente pelo aprofundamento das relações capitalistas, através da criação de autonomias emergentes ou pela consolidação de heterono-

mias pré-existentes. 2) Condições históricas: O passado da região é marcado pelo intercâmbio ecológico desigual com potências imperialistas, e inclui o imperialismo tóxico e a biopirataria. 3) Integração e intercâmbio ecologicamente desigual: formas assumidas pelo processo de integração no nível produtivo ameaçam aprofundar as relações de intercâmbio ecologicamente desigual entre países, regiões e no interior dos próprios países. 4) Injustiça e desigualdades ambientais: Destruição da base material que acompanha o processo de intercâmbio ecológico desigual que se apresenta como ameaça para o processo de integração democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade ambiental. Democratização. Injustiça ambiental. Sustentabilidade. Integração Latino-americana.

ABSTRACT

The article discusses issues relating to integration and democratization of societies in Latin America and the Caribbean, with emphasis on conflicts arising from environmental inequalities or injustices. The central argument is that one of the most complex obstacles to the democratic is the destruction of the material basis of our societies and the consequent deepening of conflicts connected to social and environmental injustices and inequalities. This argument is discussed in four propositions: 1) capitalist integration: the integration process is carried out primarily by the deepening of capitalist relations through the creation of emerging autonomy or by pre-existing heteronomies consolidation. 2) Historical conditions: The past of the region is marked by unequal ecological exchange with imperialist powers, and includes toxic imperialism and biopiracy. 3. Integration and ecologically unequal exchange: forms assumed by the integration process in the production levels threaten to deepen the ecologically unequal trade relations between countries, regions and within countries. 4. injustice and environmental inequalities: material base of the destruction that accompanies the unequal ecological exchange process is presented as a threat to the democratic integration.

KEYWORDS: Environmental inequality. Democratization. Environmental injustice. Sustainability. Latin American integration.